

Diretrizes orçamentárias para 2019 apontam superávit de R\$ 206 milhões, mas não preveem reajuste salarial

A reunião do Conselho Universitário (Co) de 13/11 aprovou as Diretrizes Orçamentárias para aplicação de recursos da USP em 2019, elaboradas pela Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP). As grandes novidades das Diretrizes, em relação aos anos anteriores, são o superávit previsto, de R\$ 206 milhões, e a previsão de contratação de 250 docentes em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP). O orçamento da universidade deverá ser votado na próxima reunião do Co, agendada para 11/12.

O Co também aprovou a proposta de Planejamento Plurianual 2019-2022, segundo a qual serão contratados, nesse período, 500 docentes em RDIDP. No entender do reitor Vahan Agopyan, o sentido da sugestão da COP é de “manter a universidade pública, contratando docentes, valorizando funcionários e docentes através da progressão horizontal”. Os destaques ao Planejamento Plurianual, apresentados por membros do Co, serão apreciados na reunião convocada para 11/12.

O Orçamento das Receitas Não Vinculadas da USP para 2019 previsto no Projeto de Lei 615/2018 é composto de recursos do Tesouro do Estado, no valor de R\$ 5,503 bilhões, e de recursos oriundos de Receita Própria Não Vinculada, no montante de R\$ 80,50 milhões. Já as Receitas Vinculadas serão de R\$ 115,4 milhões, relacionados a recursos vinculados federais (SUS e outros). A receita total da USP prevista para 2019 é, portanto, de quase R\$ 5,7 bilhões.

As Diretrizes atestam o crescimento da arrecadação: “A análise dos dados [...] permite concluir que a estimativa de receita total da USP para 2019 (R\$ 5.699,55 milhões) contida no Projeto de Lei Orçamentária do Estado, representa crescimento de 6,60% quando comparada com os valores da previstos para 2018 na Segunda Revisão Orçamentária (R\$ 5.346,89 milhões). As Receitas Não Vinculadas, que representam 97,97% do

total, devem crescer 7,95%, enquanto que as Receitas do Tesouro do Estado crescem 8,72%, ambas em relação aos valores da Segunda Revisão Orçamentária” (p. 7).

Apesar do superávit de R\$ 206 milhões, as Diretrizes não apontam um percentual específico a ser destinado ao reajuste salarial de docentes e de funcionários técnico-administrativos. Também não preveem contratação de pessoal para o Hospital Universitário (HU), que vive uma situação de colapso, nem para as Creches. Essas questões motivaram diversos questionamentos de membros do Co durante a sessão de 13/11.

Perdas salariais. O professor Fernando Navarro, representante da Congregação do IF, indagou se o aumento do percentual de despesas previstas com pessoal, de 2018 para 2019, entre 4% e 5%, representa “correção da massa salarial”. Expressou que a Congregação manifestou preocupação com as perdas salariais acumuladas. “Até a correção pela inflação já é um dado interessante. Que fazer no futuro quanto às perdas que já foram acumuladas? É consenso que houve uma perda acumulada em torno de 10%, de 2014 para cá. O que a COP e a Reitoria pretendem fazer sobre isso no futuro?” Ele sugeriu que as Diretrizes incorporassem emenda de modo a prever a “implementação de política plurianual para recompor o valor dos salários”.

Ao responder, o presidente da COP, professor Fábio Frezatti, deixou a questão em aberto: “Colocamos nesse plano uma massa de valores, [seu emprego] está ligado a qual é o momento da decisão. Depende de reuniões do Cruesp [Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas]. O valor pode ser discutido, quanto é a progressão horizontal e quanto é a reposição de salário”. Instantes depois, o reitor reforçou que um “reajuste salarial depende da posição das nossas coirmãs”, isto é: Unicamp e Unesp.

Os professores Osvaldo Tanaka, diretor da FSP, e André Singer, representante da Congregação da FFLCH, também abordaram a questão salarial. “Poderíamos colocar um item sobre recomposição salarial, relacionada a incremento na receita relacionada”, disse Tanaka. Singer sustentou que o Co “é soberano” e deve decidir sobre os rumos do orçamento. “É importante reconhecer que houve perdas”, assinalou.

Faltam funcionários. O professor Paulo Inácio Prado, representante da Congregação do IB, chamou a atenção para a grande heterogeneidade que caracteriza as unidades da USP, e assinalou que há unidades que não têm mais como suportar novas perdas de funcionários. “A redução do quadro de docentes e de técnicos-administrativos expressa muito bem essa heterogeneidade. A Resolução 7.344 estabelece metas para a USP como um todo, de termos pelo menos 40% do pessoal ativo como docentes, e os outros 60% como servidores. Mas a questão é que as unidades têm perfis muito diferentes”, observou.

Prado deu como exemplo seu próprio instituto. “O IB tem muitos laboratórios, perdeu 20% do seu corpo técnico-administrativo de 2014 até agora, são dados da folha de pagamento, e já está sentindo claramente as limitações dessa redução do quadro. A questão é: há unidades que não conseguem mais. Já estão em dificuldade atualmente. Não vão conseguir levar adiante seu trabalho com mais redução do quadro de servidores. Considerando todas as normas, e a Resolução 7.344, que coloca limites, trago a questão de como contemplar, nem que seja uma política de mobilidade, de contratação de servidores técnico-administrativos nas unidades, tendo em vista suas diferentes necessidades”.

A reivindicação foi apoiada por Neli Wada, representante dos funcionários técnico-administrativos, que falou em seguida. “Para

manter a universidade viva, principalmente na área de pesquisa, como o professor disse aqui agora mesmo, é necessário contratar funcionários. Nós estamos com alguns setores em uma situação drástica, porque funcionários também adoecem e precisam de tratamento médico”.

O representante dos professores associados, Márcilio Alves, questionou a verba alocada para a progressão horizontal em 2019: R\$ 13 milhões, ou “mais ou menos R\$ 1 milhão ao mês”. Portanto, concluiu, “menos de mil docentes” serão contemplados na progressão, número “muito pequeno” frente aos 6 mil que constituem o corpo docente. Esse fato, alertou, pode gerar um “conflito na escolha dos que iriam progredir”, sendo “importante que o Conselho saiba disso”. Ele propôs que seja destinado um valor maior à progressão.

Negativa do Cruesp. “Durante as negociações da última campanha salarial, a Adusp solicitou reiteradas vezes ao Cruesp a apresentação de um plano de recomposição das perdas acumuladas a médio prazo. O pedido foi solenemente ignorado”, comenta o presidente da Adusp, professor Rodrigo Ricupero, a propósito da discussão realizada no Co sobre reajuste salarial e perdas acumuladas. “O presidente da COP aponta, corretamente, que a questão salarial compete ao Cruesp, mas nos últimos anos as reitorias têm utilizado as decisões dos conselhos universitários, especialmente o da USP, para bloquear as negociações”.

Embora considere positiva a preocupação com a contratação de novos docentes, vista tanto nas Diretrizes quanto no Planejamento Plurianual, o professor Ricupero observa que a meta apresentada pela Reitoria é inferior às necessidades da USP: “A previsão de 500 vagas em quatro anos, é preciso que se diga, não irá repor nem os que se aposentarem”.

Transtornos mentais são as ocorrências que afastam os servidores da USP de suas atividades por mais tempo

As doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (do grupo CID-10 M, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças) são as que afastam o maior número de trabalhadores de suas funções na USP. Entretanto, aquelas que correspondem ao grupo dos transtornos mentais e comportamentais, classificadas como CID-10 F, são as mais frequentes e levam os servidores a se afastar por maior número de dias. Isso significa que os transtornos mentais são os responsáveis por manter os funcionários por mais tempo longe de seu trabalho na universidade.

As conclusões integram a pesquisa “Trabalho, adoecimento e saúde mental na USP”, conduzida no mesotradado profissional de Ariana Celis Alcantara, e foram divulgadas num debate na Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP no dia 13 de novembro. Ariana é assistente social no Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) da universidade e também docente contratada na FSP — ou seja, ao longo deste ano, ostentou a tripla condição de aluna, funcionária e docente da USP.

Na pesquisa, abrigada num programa internunidades de Formação Interdisciplinar em Saúde sediado na Faculdade de Odontologia (FO) da USP e orientada pelo professor Carlos Botazzo (FSP), Ariana traçou o perfil dos afastamentos por motivo de doença dos trabalhadores técnico-administrativos entre os anos de 2012 e 2016, identificando e quantificando as doenças e os afastamentos de acordo com a CID-10 e especificando os afastamentos do grupo CID-10 F. Os dados foram obtidos no sistema Marteweb.

Depressão. As doenças do grupo CID-10 M — como artrites, tenossinovite etc. — afastaram 3.870 pessoas no período estudado, com média de 25,1 dias por pessoa. Já no grupo CID-10 F foram 1.492 pessoas, com média de 63,7 dias de afastamento por pessoa. O mesmo funcionário pode ter necessitado de licença por mais de uma vez e por doença distinta.

Nesse grupo, as doenças que afastaram o maior número de pessoas foram os episódios depressivos (CID-10 F32) e o transtorno

depressivo recorrente (CID-10 F33), num total de 1.043 servidores. Também aparecem de modo significativo transtornos ansiosos, como ansiedade generalizada, além de reações ao estresse, transtornos de adaptação e ocorrências relacionadas ao uso de álcool. De acordo com os resultados da pesquisa, trabalhadores acima dos 50 anos de idade sem companheiro, e especialmente as mulheres nessa condição, possuem mais chance de adoecer por transtornos mentais.

Embora o número de funcionários da universidade tenha diminuído, especialmente em função dos Programas de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) ocorridos em 2015 e 2016, os afastamentos não caíram na mesma proporção. Em 2012, a USP tinha 16.826 servidores, contra 14.859 em 2016. Considerando-se esses dois anos, o total de ocorrências foi, respectivamente, de 14.813 e 14.673, envolvendo 6.003 pessoas (35,7% do total de servidores) em 2012 e 5.631 (37,9%) em 2016.

“Pensei em suicídio”. Ariana ouviu os trabalhadores da universidade por meio de formulários disponibilizados na Internet. Responderam ao questionário 679 trabalhadores de 68 locais diferentes, entre unidades de ensino, museus, hospitais, superintendências, setores administrativos, prefeituras e Reitoria, contemplando todo o universo USP. A pesquisa demonstrou, por sinal, que a maioria dos servidores possui qualificação acima da exigida para o cargo: 41,4% já concluíram ou estão cursando ensino superior, e 43,6% têm pós-graduação. Desse total, 44,6% fizeram especialização; 31,7%, mestrado; e 23,7%, doutorado.

As perguntas apresentavam opções de resposta em múltipla escolha. Além delas, o formulário continha uma única questão que apresentava espaço para que o servidor incluísse um relato. Após

responder se, em sua opinião, “independente de afastamento ou não, o trabalho teve relação com seu adoecimento?”, o participante era convidado a relatar o ocorrido, caso tivesse assinalado “sim”.

As contribuições enviadas a partir dessa pergunta somaram quase 70 páginas de relatos de trabalhadores, diz Ariana. No debate da FSP, a pesquisadora apresentou uma manifestação em que a servidora afirmou que já havia chegado a pensar “em cometer suicídio”: “atualmente tomo antidepressivo por diversos motivos incluindo o trabalho, onde tenho excesso de serviço para realizar e reações por vezes de desprezo com minha situação emocional por parte da chefia. Geralmente evito marcar consultas médicas para não ter atritos com a chefia. Só vou se é muito necessário”, escreveu a funcionária. As queixas de omissão nos casos de assédio moral são frequentes. Na maior parte dos casos, não há investigação do ocorrido.

Independentemente de afasta-

mento, metade dos trabalhadores associou seu adoecimento ao trabalho. Pouco mais da metade (52,8%) admitiu que já adoeceu, porém sem se afastar das atividades. Nesse grupo, a maioria é de mulheres negras, com idade acima de 50 anos, trabalhadoras do nível Básico e sem companheiro.

Assédio moral. Os trabalhadores do nível Básico foram os que avaliaram as condições de trabalho como piores. Os servidores do nível Superior possuem 55% menos chances de afastamento do trabalho por doença, quando comparados aos do Básico. Em relação à organização do trabalho, mais da metade dos trabalhadores afirmou que sempre ou frequentemente as tarefas são repetitivas, e o número de funcionários é insuficiente para realizá-las.

Um ponto crítico levantado pelos trabalhadores diz respeito às rela-

ções socioprofissionais, que consideram a interação entre as pessoas no ambiente de trabalho. De acordo com a pesquisa, os funcionários avaliam que são excluídos das decisões e que falta integração nesse ambiente. Houve vários relatos de assédio moral, falta de habilidade das chefias nas relações interpessoais, sobrecarga de trabalho (burnout), subcarga de trabalho ou não atribuição de funções (boreout) e negativas de transferências.

Impacto. Além dos prejuízos para a saúde dos trabalhadores, a universidade também sofre impacto financeiro com essa realidade por conta do Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Quanto maior o número de registros de acidentes de trabalho ou de doenças ocupacionais, maior a cobrança do FAP dos empregadores pela Previdência. O auxílio-doença acidentário, que entra no cálculo do FAP, é o tipo de afastamento com a maior média de dias de ausência na USP. Em 2016, por exemplo, a média de dias de ausência em cada afastamento no auxílio-doença acidentário foi de 52 dias.

Proposta. Para a pesquisadora, é necessário favorecer a participação dos trabalhadores nas discussões sobre a organização do trabalho, propiciando momentos de conversa e de escuta por parte dos gestores. “A formação continuada, a escolha democrática e o rodízio de gestores, o acesso facilitado à informação e o estímulo à carreira são ações que contribuem para a melhora das relações socioprofissionais”, considera Ariana.

A autora também propõe a formação de um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar uma política de saúde mental dos trabalhadores da universidade, tendo a sua pesquisa como balizadora. Fariam parte desse GT diversos órgãos e programas da universidade (Codage, Copert, CCRH, DRH, Ouvidoria, SESMT e outras), seis unidades (IP, EP, Fofito-FM, FEA, FFLCH, FSP) e o Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp). O projeto formulado no GT seria submetido em consulta pública aos servidores para incorporação de críticas, sugestões e melhoramentos.

Ano	Funcionários	Ocorrências	Pessoas
2012	16.826	14.813	6.003 (35,7%)
2016	14.859	14.673	5.631 (37,9%)

Governo eleito de extrema-direita tende a mirar em “inimigo simbólico” e perseguir movimentos sociais

Fatores como aumento da desigualdade gerada pelo neoliberalismo, as medidas de Temer (“PEC da Morte” e outras) e as “guerras culturais” abriram caminho à vitória de Bolsonaro, segundo debate promovido pela Adusp em 6/11

A Adusp realizou em 6/11, no auditório 24 do prédio da Filosofia e Ciências Sociais da FFLCH, o debate “Balanço e perspectivas pós-eleições”, quarto (e último) de um ciclo de discussões sobre a conjuntura nacional, organizado pela associação e iniciado em 12/9. O debate reuniu os professores Henrique Carneiro (FFLCH), Leda Paulani (FEA), Pablo Ortellado (EACH) e Lisete Arelaro (FE) e foi coordenado pelo professor Rodrigo Ricupero, presidente da Adusp.

Não previsto inicialmente, o debate de 6/11 foi o único realizado pela Adusp após a eleição. O ciclo de debates, lembrou o professor Ricupero, decorreu de “um anseio nosso, que surgiu na greve da categoria no meio do ano, de tentar fazer uma reflexão política mais aprofundada, que pudesse ajudar nossa associação a pensar as suas ações”. “Esse debate, além do interesse geral, tem essa característica também de ser um espaço em que a Associação dos Docentes vai procurar refletir, avaliar essa realidade para poder agir e tomar ações que se façam necessárias”.

Na exposição inicial, o professor Henrique Carneiro avaliou que há “enorme incógnita, enorme incerteza quanto à natureza do governo que foi eleito e que está agora começando a articular sua composição ministerial”. Mencionou entrevista concedida pela historiadora francesa Maud Chirio à *Folha de S. Paulo*, segundo a qual no dia 3 de janeiro o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) serão considerados organizações terroristas e a partir do mês de fevereiro o PT estará com seu registro cassado.

“Essa afirmação foi bastante catastrofista, digamos assim, eu não compartilho da mesma perspectiva, mas é interessante — diante dessa possibilidade de um extremo endurecimento político que está colocado no horizonte, mesmo que não num tão curto prazo

— discutir a natureza do que é a extrema-direita contemporânea, da qual o bolsonarismo, nas suas diferentes facções, é um dos fenômenos mais novos e singulares”.

Ele apontou semelhanças e diferenças entre o que chamou de “fascismo clássico ou nazifascismo” e a vertente neofascista representada pela presidente eleito Jair Bolsonaro e por seus seguidores. Observou que o uso da palavra fascismo pode incorrer num “reducionismo meio generalizante de transformar isso numa espécie de insulto contra todas as formas de expressão da direita política”. O fascismo diferencia-se, a seu ver, de outras formas repressivas do capitalismo, tais como bonapartismo, bismarckismo, cesarismo e até “populismo autoritário”.

“O que haveria de específico no fascismo clássico, aquilo que se chamou de nazifascismo?”, indagou, observando que embora os casos mais conhecidos, nas décadas de 1920 a 1940, sejam a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini, regimes semelhantes coexistiram em outros países da Europa, alguns dos quais aliam-se ao Eixo, como a Hungria e a Romênia, e no Japão. Citou também o franquismo e o salazarismo como expressões desse fenômeno.

A seu ver, o traço comum a esses regimes foi o militarismo e a vocação imperialista, no período posterior à 1ª Guerra Mundial. “A sua identidade fundamental era a agressão militar, tanto numa esfera colonial como no âmbito das próprias fronteiras. Não se entenderia jamais Mussolini sem a ocupação austríaca de Trieste e de Trento, que eram regiões italianas que precisaram ser retomadas na 1ª Guerra Mundial, para se tornarem parte da Itália. Depois eles continuaram reivindicando regiões da Iugoslávia. O fascismo italiano vai fazer a guerra de 1935 na Etiópia e portanto tinha essa perspectiva de, com um império tardio, buscar fatias no âmbito

colonial. Durante os anos trinta, Hitler foi aluno de Mussolini”.

O docente da FFLCH apontou, ainda, dessemelhanças entre os dois principais regimes fascistas. Na Itália, a implantação da ditadura pelos fascistas demorou dois anos após a chegada de Mussolini ao governo, período em que houve eleições nas quais, citou como exemplo, o líder comunista Antonio Gramsci chega a eleger-se deputado (mais tarde, seria encarcerado). Ao contrário, na Alemanha, uma vez empossado primeiro-ministro Hitler rapidamente impôs o regime nazista.

Ainda segundo Carneiro, “o fascismo clássico tinha estofado ideológico bem definido”, de que seriam exemplos o futurismo italiano de Marinetti e, na Alemanha, a obra de Rosenberg. Outra característica é o estatismo. Ao passo que, no “neofascismo tropical”, ainda indefinido, “a grande característica que é marcante no modelo que vai se tornar predominante na gestão do Estado brasileiro, é a substituição de um certo pacto social inaugurado pela Nova República, e que teve, tanto no PSDB como no PT, uma característica que eu chamaria de *conciliação*. Ou até uma vocação ultraconciliatória. Uma tentativa de apagar a ideia dos inimigos históricos e de fazer do pacto de união nacional uma apelo para o bem e fim da Nação. O bolsonarismo é o oposto disso”.

Portanto, a seu ver, é a *ultraconflictividade* que deverá marcar o novo governo. “Não apenas antes da eleição mas provavelmente depois, ele vai manter a tensão do inimigo interno, ou externo, como o grande elemento de tensionamento político da sua base social. Provavelmente não vai ser em torno da reforma da Previdência, ou de ajuste fiscal, que ele vai apresentar sua vitrine de governança. Ele vai definir um inimigo. Não vai ser nova política econômica nem nova política interna”. Assim, haverá, como tipicamente no fascismo, um “engajamento de tipo simbólico” e não “políticas racionais, sistemáticas e coerentes”.

Teorias que de certa forma prevaleceram no imaginário político nacional (“homem cordial”, mestiçagem e vocação pacífica do brasileiro, vistas em Cassiano Ricardo, Gilberto Freyre e outros) cederão lugar a um “belicismo contínuo e

sistemático, voltado contra um inimigo simbólico, que pode ser no terreno dos valores, como ‘ameaças homossexuais’ ou de doutrinação nas escolas, mas muito mais em torno do ataque à esquerda, provavelmente haja medidas efetivas de criminalização dos movimentos sociais. E a tentativa de manter o tensionamento com esses elementos simbólicos vai substituir qualquer tipo de coerência de uma política racional no âmbito econômico, sequer de qualquer reforma institucional”.

Neoliberalismo. Leda Paulani, professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP, centrou sua análise no período posterior à 2ª Guerra Mundial e ao chamado acordo de Bretton Woods, conhecido como “os trinta anos gloriosos” da economia capitalista. Por uma série de fatores, esse sistema começou a apresentar problemas no final das décadas de 1960 e 70 e os Estados Unidos desvincularam sua moeda do chamado padrão dólar-ouro, “destruindo o sistema de Bretton Woods”, definiu ela. Nas décadas seguintes, fatores como a crise do petróleo, em 1973, afetaram economias que dependiam da sua importação, como Alemanha e Japão, e elementos como o sistema de regras e a organização do Estado começam a ser questionados pela riqueza financeira.

Concomitantemente à crítica ao papel do Estado, acusado de ser ineficiente, perdulário e de ocupar o lugar que caberia ao mercado, deu-se a implementação de políticas neoliberais em muitas partes do mundo a partir da década de 1980. A cartilha neoliberal do chamado Consenso de Washington foi levada a muitas regiões do mundo, inclusive à América Latina, e mesmo governos de origem na esquerda acabaram adotando elementos do receituário neoliberal. A promessa era de que a liberdade do capital promoveria mais produtividade e, conseqüentemente, mais riqueza distribuída a toda a população.

O que aconteceu, no entanto, foi o crescimento da desigualdade “dentro dos países e entre os países”, apontou a professora. “A classe trabalhadora, que tinha ascen-



Pablo Ortellado, Lisete Arelaro, Leda Paulani, Rodrigo Ricupero e Henrique Carneiro no debate de 6/11

dido com o período de Bretton Woods, perde material e socialmente”. Para Leda, esse contexto começa a gerar o voto antissistema, “que explica o Brexit, a vitória do Trump nos Estados Unidos e a ascensão de partidos e governos de extrema-direita em toda a Europa”. A professora chamou a atenção para o fato de que esse voto antissistema levou na verdade ao aprofundamento do sistema: “Esse neofascismo não é estatista, é o fascismo ultraliberal. No caso do Brasil isso é muito claro. O Paulo Guedes é representante do ultraliberalismo, que chamo de liberalismo descabeçado e o Haddad chamou na campanha de desalmado”.

Para Leda, autores em diversos países têm publicado análises demonstrando que “a vitória do neoliberalismo não foi econômica, mas de fato ideológica: os valores do neoliberalismo, como a meritocracia, o individualismo, a valorização do *self made man*, se impregnaram de maneira geral, e junto a isso houve a perda de valores como a solidariedade, a cooperação e a comunidade”. De certa forma, definiu, “esse voto antissistema é no fundo um voto ‘contra tudo o que me atrapalha’, que é a própria política”.

A docente da FEA citou a filósofa norte-americana Nancy Fraser, que defendeu num artigo que a direita soube “capturar” pautas que eram da esquerda, relacionadas por exemplo à homossexualidade ou ao racismo. “A gente bate palmas quando uma grande corporação coloca como um de seus principais diretores um negro ou uma mulher gay. A gente deveria é lutar contra o sistema do *the winner takes it all*, em que o ganhador fica com tudo e ‘o resto que se dane’”.

“Guerras culturais”. Pablo Ortellado chamou a atenção para o papel das chamadas “guerras culturais” na ascensão da candidatura de Bolsonaro, que teve grande ênfase nas redes sociais, uma vez que, até por conta do pe-

ríodo em que ficou em recuperação médica, o presidente eleito fez pouca campanha na rua. O grupo de pesquisa da EACH que acompanhou a movimentação da campanha de Bolsonaro nas redes esperava que houvesse muito conteúdo relacionado ao antipetismo e críticas à segurança pública — “mas o que a gente encontrou é muito diferente”, apontou.

“Praticamente todo o conjunto de sites e páginas interligadas que estavam no movimento anticorrupção e na campanha contra a Dilma a partir do final de 2014 estava dedicado a fazer a campanha do Bolsonaro”, disse. A campanha centrou-se fundamentalmente em dois eixos: um que poderia ser chamado de antissistema e um segundo que seria o da “defesa da família”. No primeiro, a crítica é generalizada ao sistema político, muito mais do que especificamente ao PT, mostrando inclusive nomes como FHC e José Serra em diferentes momentos de sua trajetória.

“Também foi um discurso antipetista, mas expandido para os partidos políticos em geral e o comunismo. O comunismo, por sinal, nunca aparece como ideologia que promove a igualdade social, mas como sinônimo de corrupção”, considera. No segundo eixo, talvez o mais importante, ressalta Ortellado, movimentos como o feminismo e dos direitos LGBT “são apresentados sempre de maneira ‘enlouquecida’, contracultural e agressiva e como tentativa de romper a família tradicional”.

Para o professor, a campanha de Bolsonaro conseguiu — com participação importante das igrejas católica e evangélicas — articular os movimentos anticorrupção com os de defesa do conservadorismo, que se opunham à “imposição de valores progressistas” em setores como a mídia, as artes, as escolas e a universidade. “Essa liga antielitista permitiu impulsionar a candidatura”, avalia.

Ortellado destacou a importância

das manifestações de junho de 2013, que tiveram como eixo principal a denúncia do conluio entre a política e a economia. As manifestações, considera, deixaram vários desdobramentos no eixo social, enquanto o eixo político “ficou órfão” durante um ano e meio, até que surgiram os movimentos anticorrupção no final de 2014. “O que aconteceu foi que a direita soube explorar esse legado e casar o antielitismo político com o econômico. Junho de 2013 foi uma oportunidade perdida”, disse o docente da EACH.

“Voto antissistema”. A professora Lisete Arelaro disse concordar com Carneiro que o governo Bolsonaro “vai funcionar numa situação do inimigo simbólico, virtual”. Também manifestou não concordar totalmente com a avaliação catastrofista da historiadora francesa Maud Chirio, mas manifestou preocupação em relação ao MST e ao MTST. “Estamos discutindo inimigos simbólicos; em primeiro lugar são eles, depois somos nós, da esquerda”.

“Para discutir Bolsonaro temos que discutir o que estamos vivendo”, disse a docente da FE. “Não tenho uma explicação satisfatória, tenho uma hipótese, com a decisão peremptória do *impeachment* da Dilma. Eles pressionaram, ela estava cedendo, já tinha um programa de privatização. E de repente ela chegava até o final, acabava o [mandato] PT de uma forma melancólica. Não sei por que não optaram por essa alternativa. Ficou evidente que o grupo que apoiava o Aécio Neves tinha um programa de direita para extrema-direita preparado, não deu certo naquele momento. Teria sido mais conveniente”.

Lisete assinalou o papel desempenhado por Michel Temer. “Ninguém nem lembra mais dele, o tal dos 2% de preferência popular”, porém ele entrou no governo “para fazer coisas terríveis”, como a “PEC do Fim do Mundo” (depois Emenda Constitucional 95). “Quem lê, é al-

fabetizado, dizia: não, não é possível que haja consenso sobre isso”, congelar por vinte anos os gastos sociais. A docente da FE destacou que a mídia trabalhou o “imaginário social” de modo a diluir a gravidade das medidas tomadas, e citou especificamente o principal telejornal da Rede Globo. “Ouvir o que era o *Jornal Nacional* assim que o Temer assumiu. Realmente estava lá, estava tudo bem, as pessoas que estavam desempregadas estavam ‘procurando emprego’. De que país estão falando? Aprovaram com mais de 300 votos a emenda”.

Ela também manifestou seu inconformismo com a reforma trabalhista, dada a gravidade do que representa: “É incompreensível que numa tarde de votação tenhamos perdido 100 artigos da CLT, adotado o não trabalho como uma forma criativa moderna da relação entre patrão e empregado, e admitido na segunda década do século 21 que mulheres grávidas podem trabalhar em lugares insalubres. No entanto foi aprovado”.

Na avaliação de Lisete, parcela importante da categoria docente omitiu-se em relação às reformas que o governo fez aprovar. “A Universidade de São Paulo, parte dos meus colegas, não sabia o que estava sendo votado, a ‘PEC do Fim do Mundo’. Era incrível: isso não era importante para nós. Como é que pode um professor universitário não acompanhar o que estava acontecendo?”.

Sobre as eleições, a docente da FE avalia que “o voto antissistema aconteceu, e sob esse aspecto eles conseguiram ser antissistema, o Haddad era continuidade, e ele [Bolsonaro] era o novo”. Retomando a proposição de “inimigo simbólico”, ela acredita que não se resume a isso o programa de Bolsonaro. “Não dá para falar que ele só conhece o Paulo Guedes, é subestimar a direita. Há um projeto econômico. A importância do Brasil é indiscutível, nós ainda temos 36 estatais, nenhum outro país tem”. A perda de recursos financeiros do Brasil com a desnacionalização do Pré-Sal é inacreditável, e a mídia não contesta, acrescentou Lisete — que também questionou a cessão, para os Estados Unidos, da base espacial de Alcântara.

Ela também manifestou preocupação com o movimento “Escola sem Partido” e a “tentativa de controle dos conteúdos nas universidades e nas escolas”, apontando a necessidade de se organizar uma resistência contra esse tipo de ataque. “Nós estamos com o medo instalado nas escolas. Já temos colegas mudando a forma de ser e falar, não dormindo à noite”.

Quanto custa publicar um artigo?

“Vaquinha produtivista” entre coautores e financiamento por agências e programas são alguns dos meios utilizados para bancar publicações que chegam a custar US\$ 5 mil — cerca de R\$ 18.700

“Embora eu não concordasse, percebi que esse era o único caminho, senão eu seria massacrado. Usei isso como uma ferramenta profissional, o que me faz infeliz, pois não é esse o caminho da qualidade”. Assim o professor Cláudio Alvarenga de Oliveira, docente de Reprodução Animal da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) desde 1981, descreve sua relação com as publicações científicas. Na sua primeira década na USP, com sua área incipiente, não publicou um único artigo científico. Hoje, porém, Alvarenga é líder de um grupo de pesquisa e publica com orientandos da iniciação científica ao doutorado.

A produção em revistas de alto nível tem grande peso no novo modelo produtivista de avaliação implantado pela Reitoria via “Nova CPA” e CERT, mas não é simples atender a essa imposição. Muitas áreas não têm revistas de alto nível (avaliadas com o almejado conceito “A” pela Capes) no país, e publicar fora incide em custos. É comum editoras exigirem tradução profissional, cujos valores de referência para o sindicato da categoria estão em 0,53 centavos por palavra. Muitas revistas cobram pela publicação, em uma dinâmica que incide ora sobre o pesquisador, ora sobre instituições públicas financiadas com recursos públicos.

A editora Springer Nature, que publica trabalhos em áreas que vão da Física à Saúde, chega a cobrar US\$ 5 mil por publicação, em suas revistas de acesso aberto. A mesma editora também mantém revistas acessíveis somente a assinantes, como a *Nature*, que pede US\$ 199 por ano do assinante individual, e são bastante disputadas pelos cientistas. A “terceira via”, de publicações sem fins lucrativos e sem custos para publicação, ainda se organiza. Uma de suas maiores iniciativas, a rede social ResearchGate, passa, nos últimos meses, por uma série de notificações judiciais a quem publica em suas bases, com pedidos de indenização por parte das editoras.

Nos últimos três anos, Alvarenga e seu grupo da FMVZ dispense-

ram cerca de US\$ 5 mil (equivalentes a cerca de R\$ 18.700) para publicar sete trabalhos. Empregaram, para tanto, recursos bancados por órgãos de apoio à pesquisa, como Fapesp, Capes e CNPq, mas também tiveram de dividir parte dos custos de publicação entre os autores, ou “aquilo que já se tornou praxe entre os autores e coautores: a famosa ‘vaquinha produtivista’”, nas palavras do professor.

Concentração. O grupo de pesquisa do professor Paolo Ricci, do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), gastou cerca de R\$ 10 mil em publicações, na sua maior parte cobertos por recursos da Fapesp. O professor reclamou, porém, da dificuldade em conseguir apoio da sua unidade. Consultada, a FFLCH respondeu que vem “reunindo esforços para resolver o impasse da terceirização desses serviços tão importantes para a qualidade da divulgação do conhecimento pro-

duzido na Faculdade”, e que entre os principais desafios estão a subjetividade na avaliação e dificuldades como fatores legais e imprevistos “como questionamentos, impugnações, pedidos de prorrogação etc”.

Ricci considera o cenário internacional de publicações digno de preocupação, pois “a concentração em grandes editoras prejudica a divulgação dos artigos e torna o sistema extremamente engessado”, e enxerga alternativas de publicação e difusão sem custo, como o SciELO, um facilitador importante. O docente da FFLCH, que também atua como parecerista, destacou ainda um recente amadurecimento da área, que tem se tornado mais disputada, e vê de forma positiva esforços para publicações conjuntas: “Desde que a parceria seja construída em cima de um projeto de pesquisa conjunto. Inclusive acho positivo os professores se envolverem em projetos não próximos às áreas de pesquisa deles”, destaca.

No entender do professor Gabriel Landi, do Instituto de Física, a cobrança direta aos pesquisadores aprofunda desigualdades entre centros ricos e centros pobres, pois o custo favorece pesquisadores de países desenvolvidos “Eu percebi o impacto disso, por

exemplo, quando me peguei refletindo se era melhor enviar um estudante a uma conferência ou publicar um novo artigo. No Brasil temos que lidar mais com essa dificuldade do que pesquisadores de centros nos países que investem mais em pesquisa, e temos, algumas vezes, de escolher pelo custo, e não pela qualidade”.

Landi sempre publicou em revistas de publicação gratuita, mas dois de seus trabalhos estão para ser publicados em revistas que demandam pagamento. Um deles, na revista *New Journal of Physics*, será financiado com recursos para publicação da Universidade de Belfast, à qual um dos colaboradores está vinculado. O outro, na revista *Nature Quantum Information*, que cobra US\$ 2.500 (cerca de R\$ 9.350), terá o custo dividido entre os pesquisadores.

A crítica de Landi estende-se à propriedade intelectual das editoras, pois “as revistas ganham milhões ao ano”, sem realmente dar um retorno à sociedade. “Outro dia tive de passar mais de uma hora procurando, com colegas e na Internet, um artigo de 1950, sobre física de matéria condensada e supercondutividade, pelo qual a editora queria me cobrar US\$ 100 pelo acesso. E no fim das contas, ele nem foi útil para mim!”.

Entidades do funcionalismo vão recorrer contra decisão do TJ que derrubou novo Teto Salarial

Conforme noticiado anteriormente, em julgamento do Órgão Especial do TJ-SP, foi declarada inconstitucional a EC 46/18, que instituiu como teto da remuneração dos servidores públicos estaduais o subsídio recebido pelos desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ-SP), e não o salário do governador, como é atualmente. O TJ-SP entendeu que é competência exclusiva do governador do Estado encaminhar proposta de emenda constitucional no tocante a esta matéria (<https://bit.ly/2E9cQIX>).

A Adusp participou em 7/11/2018 de reunião na Alesp com diversas outras entidades representativas dos servidores públicos para enfrentamento comum dessa decisão judicial. Nessa reunião foram tomadas

iniciativas no sentido de pleitear ao atual governador Márcio França (PSB) que ele mesmo encaminhe nova proposta de emenda constitucional, sanando assim o vício de iniciativa; segundo a avaliação geral, este seria o melhor cenário entre as perspectivas existentes. Caso esta hipótese se confirme, após a apresentação de nova proposta de emenda constitucional esta deveria passar por uma votação que, presume-se, ocorreria em 2019, quando a Alesp terá nova composição.

No dia 8/11/2018 a Assessoria Jurídica da Adusp reuniu-se na Alesp com as demais assessorias jurídicas das entidades de servidores interessadas, entre as quais Sinafresp, Sindalesp, Adunicamp, Afresp e AOPM. Decidiu-se, então, que

as entidades apresentariam recurso extraordinário em face da decisão do TJ-SP, ante a incerteza de que o governo estadual — réu na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 2116917-44.2018.8.26.0000, que motivou a decisão do tribunal — apresente recurso próprio.

Adusp, Adunicamp e Aduesp estão mobilizadas e se articularam conjuntamente, devendo apresentar um recurso único para as três entidades, bem como irão requerer a habilitação como *amicus curiae* para continuar como parte processual diretamente interessada na ação.

Até o momento é preocupante o silêncio da Universidade de São Paulo quanto à forma como virá a proceder diante desse novo quadro.

Comitê unificará luta contra “Escola sem Partido”, em favor de escola democrática

Cerca de 60 pessoas, representando mais de vinte organizações de professores do Estado de São Paulo – entre sindicatos, entidades e federações, além de coletivos independentes ou ligados a associações como os cursinhos populares – participaram da primeira reunião convocada pela Adusp com o objetivo de criar uma mobilização unitária contra o projeto “Escola sem Partido”. A reunião ocorreu em 22/11 na Sala Francisco Morato (Sala dos Estudantes) da Faculdade de Direito da USP.

“A ideia é organizar a luta concreta contra ataques como os do ‘Escola sem Partido’. O principal objetivo é unificar a luta dos professores de todos os níveis e redes, do fundamental ao superior, público, municipal, estadual e federal e também do ensino privado – enfim, contra um ataque comum, uma frente unitária de defesa”, define o presidente da Adusp, Rodrigo Ricupero, que avalia como muito positivo o saldo da reunião.

Os participantes decidiram criar um comitê permanente que vai se reunir periodicamente para avaliar e organizar os passos do movimento. Também será redigido um manifesto em defesa dos professores, a ser lançado numa plenária de entidades da categoria agendada para 6/12, no auditório do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeosp).

Outras sugestões levantadas na reunião incluem compilar manuais de orientação aos professores já produzidos por diversas entidades sobre como se defender de agressões e ameaças, além de distribuir entre a categoria cartazes e outros materiais.

Para Ana Luiza Costa, 1ª secretária da Diretoria da Adusp e professora da Faculdade de Educação, “juntar professores da universidade ao ensino básico é muito importante para a luta da categoria”. Ela sustenta que, uma vez que os docentes estão sendo expostos à agressão, é preciso também expor “quem os agride e constrange”.

Ao longo da reunião, vários participantes relataram casos de constrangimento, assédio e agressão vivenciados por professores em escolas de todos os níveis. Edilene Arjoni Moda, do Sindicato dos Professores do ABC (Sinpro ABC), citou o caso de uma escola de Santo André que demitiu uma



Daniel Garcia

professora sob a alegação de pressão dos pais. “Os pais chegam no balcão de matrícula e perguntam: ‘Aqui é Escola sem Partido?’ Se não é, muitos dizem que não vão matricular os filhos”, contou.

Mais de 150 projetos. Laura Cymbalista, da diretoria do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem), ressaltou que um levantamento recente apontou a existência de mais de 150 projetos de alguma forma relacionados aos pressupostos do “Escola sem Partido” tramitando nos diversos níveis do Legislativo, Brasil afora.

O aguardado julgamento de um projeto do Estado de Alagoas pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), previsto para ocorrer em 28/11, foi adiado por decisão do presidente da corte, ministro Dias Toffoli, que incluiu outro processo na pauta. Toffoli evita que o STF decida sobre o tema e assim abre caminho para o Congresso aprove, sem constrangimentos, o PL 7.180/14, que institui diversas proibições ao professorado e tramita em comissão especial na Câmara dos Deputados. Uma vitória no Supremo seria importante, pondera Laura, mas o problema persistiria ainda assim: “Precisamos enfrentar esse movimento, que não precisa de lei para fazer os seus ataques”.

Quanto ao PL 7.180/14, avançou na sessão de 22/11. O parecer do deputado Flavinho (PSC-SP) foi lido na comissão e houve pedido de vista coletivo por duas sessões do plenário. Em breve o texto deverá ser encaminhado para votação.

Disputa na sociedade.

Vários participantes da reunião afirmaram que a luta nas instâncias do Judiciário, do Legislativo e do Executivo precisa ser travada, mas não se pode abandonar o trabalho de convencimento em outros setores. Para Wagner Romão, presidente da Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp), “a disputa na sociedade é fundamental”. “Caso o STF resolva por unanimidade derrubar a proposta de Alagoas, isso vai nos abrir um campo importante no Judiciário, mas é preciso dialogar com os estudantes e com os pais e mães e colocar a escola no centro da cidadania no país”, afirmou. “Essa será uma luta de longo prazo”, salientou Romão.

João da Costa Chaves Júnior, presidente da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp) e coordenador do Fórum das Seis, lembrou que, mesmo com uma eventual derrota do projeto do ponto de vista formal, “a ideia da ‘Escola sem Partido’ já existe, já opera e já produz vítimas”, ao confrontar “instituições que de alguma forma conseguem discutir a realidade e produzir consciência crítica”.

Os participantes também citaram os grandes interesses econômicos envolvidos na área da educação e a provável presença de representantes de grupos educacionais privados no governo de Jair Bolsonaro (PSL).

Roberto Guido, diretor da Apeosp, sindicato que congrega cerca de 180 mil professores da rede estadual, afirmou que a entidade

vem debatendo a questão há praticamente três anos e trabalha com organizações como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) para construir um calendário de lutas integrado. “É importante não dissociar a ‘Escola sem Partido’ de outras questões, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os interesses materiais envolvidos nessa discussão”, alertou. Para Guido, é fundamental que as entidades do professorado se articulem com outros setores da sociedade para além da educação.

Outro ponto levantado é a existência de fissuras entre os grupos que vão compor o novo governo, o que abre a possibilidade de alianças inclusive com setores liberais que discordem dos pressupostos do “Escola sem Partido”.

Além das entidades já citadas, participaram da reunião representantes das seguintes entidades e grupos: Sinpro São Paulo, Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe-SP), Andes-Sindicato Nacional, Conlutas, Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo (Adunifesp), Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (Abecs-SP), Coletivo Atreva-se!, Coletivo A Voz Rouca, Coletivo de Professores da Zona Leste, Coletivo Rizomáticas, Coletivo TEIA, Rede Emancipa, Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp), Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), Sindicato dos Trabalhadores em Educação Municipal de São José do Rio Preto (ATEM).